

---

# **CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**

---



---

## **ATA N.º 15**

---

---

### **REUNIÃO ORDINÁRIA – 18 JUNHO 2021**

---





## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

ORDEM DO DIA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA A REALIZAR NO SALÃO NOBRE DOS  
PAÇOS DO MUNICÍPIO DE CASTELO BRANCO, NO DIA 18 DE JUNHO DE 2021, PELAS 9 HORAS,  
NOS TERMOS DOS N.ºS 1 E 2 DO ARTIGO 25.º DO DECRETO-LEI N.º 4/2015, DE 7 DE JANEIRO E  
DO N.º 2 DO ARTIGO 40.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

### II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### Ponto 1 – APROVAÇÃO DE ATA

Ata da Reunião Ordinária de dia 4 de Junho de 2021 (Ata n.º 14)

#### Ponto 2 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL

##### 2.1. Transferências Correntes

2.1.1. Associação Desportiva e Recreativa de Retaxo

2.1.2. Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha – Gega

2.1.3. Associação Escola de Judo Ana Hormigo

2.1.4. Juntas e Uniões de Freguesia. Transferência de Verbas: Recenseamento Eleitoral 2020

##### 2.2. Transferências de Capital

2.2.1. Desportivo de Castelo Branco

2.2.2. Liga dos Combatentes – Núcleo de Castelo Branco

2.2.3. Unidade Local de Saúde de Castelo Branco

2.2.3.1. Extensão de Saúde de Alcains

2.2.3.2. Extensão de Saúde de Cebolais de Cima

2.2.4. Instituto Politécnico de Castelo Branco

#### Ponto 3 – OBRAS MUNICIPAIS

Formalização dos Eixos Cicláveis: Eixos Cicláveis da Mobilidade Urbana da Cidade – Zona Ocidental – Lote 1.  
Prorrogação de Prazo da Empreitada

#### Ponto 4 – URBANISMO E OBRAS PARTICULARES

4.1. Revisão do Plano de Pormenor da Zona ZUE-W (Quinta do Bosque) do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco. Nomeação do Representante da Câmara Municipal para Acompanhamento da Revisão do Plano

##### 4.2. Certidões de Compropriedade

4.2.1. José dos Santos Barata e Outros. Almaceda

4.2.2. João Ricardo Lourenço Nunes e Outros. Sarzedas

4.3. Processos de Obras Particulares Despachados no Mês de Maio de 2021 ©

#### Ponto 5 – PATRIMÓNIO

Adjudicação do Arrendamento do Bar/Esplanada da Praia Fluvial de Sesmo ©

#### Ponto 6 – CONTABILIDADE

2.ª Revisão Orçamental do Ano 2021

#### Ponto 7 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

7.1. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo no Município de Castelo Branco. Proposta



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### 7.2. Contrato Interadministrativos com Juntas de Freguesia

7.2.1. União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Obras de Conservação da Piscina de Ninho do Açor

7.2.2. Junta de Freguesia de Malpica do Tejo. Instalação de Espaço do Cidadão

7.2.3. Junta de Freguesia de Tinalhas. Instalação de Espaço do Cidadão

7.3. Randstad II – Prestação de Serviços, Lda. Cessão de Posição Contratual do Arrendatário para a Empresa Intelcia Portugal, Unipessoal, Lda

7.4. Proposta de Empréstimo de Longa Duração e Doação de Peças da Autoria de Rico Sequeira

7.5. Renúncia de Pelouros Atribuídos à Senhora Vereadora Maria José Batista ©

### Ponto 8 – RECURSOS HUMANOS

Abertura de Procedimento Concursal – Assistente Operacional (Coveiro). Ratificação do Despacho n.º 26/P/2021, de 29 de Abril

### Ponto 9 – DIÁRIO DE TESOURARIA

Resumo Diário de Tesouraria do Dia Anterior ©

### III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Paços do Município de Castelo Branco, 16 de junho de 2021

O Presidente da Câmara Municipal

José Augusto Rodrigues Alves



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### ATA N.º 15

(n.º 1 do Artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, no Salão Nobre dos Paços do Município, a Câmara Municipal reuniu publicamente, por convocatória ordinária, sob a Presidência do Senhor Presidente José Augusto Rodrigues Alves, estando presentes o Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Carrega Pio e os Senhores Vereadores Maria José Barata Baptista, Cláudia Alexandra da Fonseca Domingues Soares, Carlos Manuel Lista Semedo, Carlos Barata de Almeida e Pedro Filipe Nunes Lopes.

O Senhor Vereador Pedro Filipe Nunes Lopes, cidadão posicionado no quinto lugar da lista de candidatos do Partido Social Democrata à Câmara Municipal, esteve presente na reunião, nos termos do artigo 78.º e do n.º 1 do artigo 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, em substituição do Senhor Vereador Hugo José dos Reis Lopes.

A reunião foi secretariada pelo Chefe da Divisão Financeira, de Contratação e Recursos Humanos, Roberto António Reixa Nabais.

#### ABERTURA DE REUNIÃO

Pelo Senhor Presidente foi a reunião declarada aberta eram 9 horas, passando a Câmara Municipal a tratar os assuntos constantes da ordem de trabalhos.

#### I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu início ao período *antes da ordem do dia*, conforme estipula o artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Pedro Filipe Nunes Lopes**: “Ex.mo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco. Ex.mos Senhores Vereadores. Ex.mos Senhores Dirigentes. Caro Funcionário da Autarquia. Cumprimento a Comunicação Social. Municípes. Bom dia a todos. O Parque do Barrocal é um investimento de um milhão de euros, feito pela Câmara Municipal de Castelo Branco. É um local aprazível e um dos locais apetecíveis da nossa cidade, frequentado por milhares de pessoas, tendo já sido distinguido com vários prémios. Apesar de ser um projeto que os Vereadores do PSD sempre apoiaram como sendo uma mais-valia para a cidade de Castelo Branco, como era de prever, já alguns problemas surgem, nomeadamente, ao nível do estacionamento. O estacionamento existente é insuficiente. As pessoas vão estacionar num descampado em frente ao parque, não existem passadeiras no local, vemos pessoas com frequência no meio da via nos dias de maior afluência. Um autêntico perigo! Senhor Presidente, aquilo que lhe gostaria de perguntar é o que a estão a pensar fazer em relação ao estacionamento? A Câmara Municipal



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

tem algum terreno nas proximidades? Se sim, porque não alargar a capacidade do estacionamento existente? Se não, como vão resolver um problema que é muito sério? Também sabemos que o parque não está acessível para pessoas com deficiência, mas não deixa de ser necessário respeitar essas pessoas e colocar lugares reservados no estacionamento para esses condutores. Todos nós, provavelmente, ainda nos recordamos do incêndio ocorrido no ano passado e que, de alguma forma, destruiu parte do parque. Uma das principais dificuldades que os bombeiros encontraram foi a entrada no mesmo. Senhor Presidente, o que foi feito desde essa altura para colmatar este entrave? Todos sabemos que houve um inquérito para apurar responsabilidades, mas até hoje não sabemos qual foi o seu desfecho. Esta é uma boa oportunidade para nos clarificar a todos e por isso gostaria de lhe perguntar se está em condições de nos transmitir as conclusões a que chegaram, uma vez que deste incidente resultaram grandes prejuízos para o município. Mas se de um lado encontramos um parque bonito, acolhedor, aprazível, do outro lado da estrada encontramos o Bairro do Barrocal. Um bairro esquecido, a precisar de ser urgentemente reabilitado, para, sobretudo, ser integrado na nossa cidade. É um bairro antigo, com muitos problemas a nível das acessibilidades: o próprio transporte de uma pessoa em cadeira de rodas, o socorro a uma pessoa, se existir um incêndio, é muito difícil ir socorrer essas pessoas. No bairro entra uma ambulância, mas tem que fazer marcha atrás, uma vez que as ruas não têm saída. Noutras, um veículo dos bombeiros simplesmente não consegue passar. Senhor Presidente, aquilo que lhe pergunto é: para quando uma intervenção neste bairro? Obrigado.”

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Almeida**: “Muito bom dia. Ex.mo Senhor Presidente da Câmara. Ex.mos Senhores Vereadores. Um cumprimento todos os Colaboradores do Município, uma saudação extensível ao Concidadão Luís Barroso e ao representante da Comunicação Social José Júlio. Senhor Presidente, o assunto sobre o qual eu hoje vou tecer algumas considerações, tem exatamente a ver com as autárquicas e, em particular, como o período de pré-campanha eleitoral. Relativamente a isto, eu vou tomar a liberdade de tecer aqui algumas considerações. Em primeiro lugar, dar nota daquilo que já é uma evidência pública: os diferentes partidos políticos começam a apresentar os seus candidatos e, seguramente, outros partidos o farão a breve trecho. Também, já temos duas candidaturas independentes no terreno, o que, sendo um facto novo para Castelo Branco, para a realidade política local, ainda assim não deixa de ser um sinal dos tempos, por essa Europa fora, por esse país fora, o movimento de cidadãos que começam a constituir-se, a organizar-se, no sentido de também eles poderem ter uma palavra no debate público. Para todos eles, e sem qualquer exceção, vai uma saudação democrática da nossa parte, com o acrescento de que todas as candidaturas são bem-vindas, porque todas elas terão sempre alguma coisa a aportar ao debate político e, quando é assim, o debate sai enriquecido e o concelho de Castelo Branco só tem a ganhar com isso. De modo que fica aqui uma primeira saudação para todos os candidatos. Quem



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

gosta deste tipo de coisas e, manifestamente, nós gostamos deste tipo de coisas, não deixa de ser muito interessante aquilo a que estamos a assistir em Castelo Branco, neste processo autárquico para 2021. A análise política é estimulante e, seguramente, enriquecedora. Eu penso que, Castelo Branco, pela primeira vez, de há vinte e quatro anos a esta parte, entra num processo eleitoral autárquico em que não há, propriamente, um vencedor antecipado, em que é imprevisível o resultado eleitoral. Entre muitos fatores que entram para esta análise, a questão dos acordos pré-eleitorais é algo que, nos próximos tempos, estará em cima da mesa. A este propósito, e sem muito mais delongas, permitam-me só abrir um parêntesis para fazer uma nota pessoal neste sentido: assisto com particular atenção, curiosidade, ao que se passa em termos políticos em Castelo Branco, mas, permitam-me que acrescente, com total serenidade e tranquilidade. A este propósito, ainda dentro desta nota pessoal, mas que também não deixa de ser institucional, é com particular satisfação pessoal, mas sobretudo satisfação por Castelo Branco, que digo isto de forma muito convicta, séria: algumas daquelas que foram as bandeiras do PSD, nos últimos quatro anos e em particular da sua vereação, são agora algumas das propostas dos diferentes candidatos, dos diferentes partidos, inclusivamente, de independentes. Se me permitem, eu vou elencar algumas destas bandeiras que nós assumimos em 2017 e que procurámos trazer para o debate público, sempre com intuito de pugnar pelo desenvolvimento das nossas gentes, do nosso território de Castelo Branco. Em primeiro lugar, a relevância da captação do emprego qualificada. Não estar de acordo de que Castelo Branco tem de fazer esforços adicionais para captar este emprego qualificada, é negar as evidências. Um outro aspeto preocupante e que, seguramente, não é exclusivo do PSD, é uma preocupação transversal, tem a ver com o despovoamento do nosso território e como tal, compete à administração pública, nunca deixámos de o dizer, ter, de facto, um olhar diferente daquele que tem tido há muitos anos a esta parte, mas, sobretudo, o Município também tem de ter políticas muito mais proactivas no sentido de fomentar, estimular, a natalidade. Um outro aspeto, ao qual também demos particular relevância com muito foco, foi para a questão da requalificação da Zona Histórica do Castelo. Nós sempre entendemos estar ali um grande potencial de Castelo Branco. Pode ser um postal turístico de Castelo Branco, mas, mais do que isso, a Zona Histórica do Castelo tem tudo para ser um espaço de regeneração sob um ponto de vista social e, em particular, que possa acolher jovens casais que estão no seu início de vida com todas as dificuldades inerentes a um processo inicial e pode estar ali uma possibilidade para a habitação social, para os jovens casais, a preços controlados e, com isto, incentivar à natalidade, à fixação de jovens. Um outro aspeto, algo polémico na altura, que suscitou muita controvérsia, mas que agora começa a fazer o seu caminho, que é a questão da devolução de uma parte do IRS... Nós sempre nos comprometemos, dentro daquilo que são os cinco por cento, com dois por cento, e vemos com algum agrado que agora algumas candidaturas também já o



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

assumem. Esta questão do IRS para nós é importante, porque nós temos um problema, entre outros, que é do nosso poder de compra, no nosso concelho, estar abaixo da média nacional. Necessitamos, manifestamente, de tentar colmatar este problema com a captação de investimento e de emprego qualificado, mas também procurar dar mais massa salarial, mais rendimento, às nossas famílias e o IRS pode ajudar, é um contributo. Outro aspeto que nos mereceu particular importância foi a questão das freguesias rurais... Um olhar diferente sobre as freguesias rurais. Nós nunca desconsideramos o investimento que o Município tem feito nas infraestruturas nas freguesias rurais, jamais em tempo algum. Acompanhamos sempre esse investimento, agora, sempre foi nosso entendimento que era necessário ir um pouco mais longe... E, a questão da saúde é hoje nuclear, levando em linha de conta todos os problemas inerentes ao sistema nacional de saúde que não tem resposta, a vários níveis, para aquilo que são as necessidades de uma população cada vez mais envelhecida. De forma que têm que haver respostas que têm de ser dadas por equipas multidisciplinares, que nós aqui defendemos em devido tempo. A questão, também, da redução do IMI, que é possível para as freguesias rurais, transportes públicos mais personalizados... Há aqui algumas políticas que se inserem no âmbito daquilo que nós consideramos 'o imaterial', de uma visão um pouco mais cuidada para as questões de âmbito social... A questão que irá ser suscitada num futuro próximo, a Rede 5G, que é fundamental para que algumas famílias se possam fixar nas freguesias, porque o teletrabalho para muitos será uma realidade no futuro... Eu acho que são questões de particular interesse. A questão da requalificação de um espaço que me é particularmente caro, porque desempenhei aí, muitos anos, as minhas funções profissionais... Que diz muito à população de Alcains e que não está a ser potenciado e que é o antigo espaço da Escola Preparatória José Sanches de Alcains. Aquele espaço tem potencial, pode aparecer ali algo relacionado com a área tecnológica, com a formação, de forma que, quem vier a seguir, tenha isso em atenção porque Alcains merece essa oportunidade. Há uma outra questão que nós procurámos colocar no centro do debate político. Algo que nós sempre tivemos e que, porventura, nunca demos a atenção suficiente: a posição geográfica de Castelo Branco. A posição geográfica de Castelo Branco, num contexto nacional, mas eu diria mais, que depois temos de ter a ambição de olhar para Castelo Branco num contexto ibérico... A questão geográfica hoje é fundamental sob um ponto de vista geopolítico, mas também sob um ponto de vista económico e de captação do investimento. De forma que, a questão da centralidade de Castelo Branco é hoje um termo que vejo, com particular satisfação, que entrou no debate político local. E pronto, para não ser demasiado enfadonho, mas não deixo de referir que estas foram algumas das causas pelas quais nós nos debatemos aqui. Trouxemos estes pontos por varadíssimas vezes a reuniões da Câmara Municipal de Castelo Branco. Lançámos vários vídeos – alguns deles bastante caseiros, mas, ainda assim, eles estão lá – sobre estas mesmas temáticas... Escrevemos



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

alguns artigos de opinião... Lançámos alguns fóruns, quando era possível ainda fazê-los presencialmente, com convidados e também os levámos a cabo... E, mais recentemente, também fóruns *online* com um conjunto de personalidades que se puderam pronunciar sobre várias temáticas. Passaram, entretanto, quase quatro anos do início das nossas funções como vereadores e podemos afirmar que nunca nos furtamos a colocar algumas questões que nós sabíamos, previamente, serem questões manifestamente incómodas. Suscitámos algumas temáticas que eram polémicas e estávamos perfeitamente conscientes disso mesmo. Também, muitas das vezes, tentámos escrutinar aquilo que era feito aos destinos do dinheiro de todos nós, ao dinheiro do contribuinte. Em muitas circunstâncias fomos acusados de que alimentávamos os casos de forma, mais ou menos, gratuita. Estávamos cientes disso, estávamos cientes de que a nossa própria imagem pública, com isso, também poderia ser, eventualmente, beliscada, mas com a consciência, perfeitamente tranquila, de quem andou sempre, na 'causa pública', de forma completamente desinteressada, que nunca viveu da política, nem nunca viveu dos negócios que são feitos – alguns de forma completamente legítima, que fique claro –, em torno da política. E foi com este sentido de missão, cientes de uma vivência feita na vida pública, uma vida profissional que não está isenta de erros, mas que foi sempre feita com completa idoneidade... E foi exatamente, cientes disso, que nunca tivemos receio de trazer estas questões mais incómodas. Mas que fique claro: aquilo que nos é mais caro não foram estes casos políticos, não foram estas polémicas... Foram as ideias, as propostas, as causas pelas quais nos debatemos. Hoje, é com particular satisfação pessoal, não o escondo, mas também, sobretudo, em nome de um concelho, Castelo Branco, que vemos que algumas destas propostas fizeram o seu caminho e hoje estão a ser valorizadas pelos diferentes candidatos. O que nos move e continua a mover são as causas: estas e outras. Senhor Presidente, muito obrigado.”

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Lista Semedo**: “Muito bom dia Senhor Presidente. Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores. Altos funcionários do Município. Comunicação Social. Municípes. Depois de uma intervenção tão fortemente marcada pela dimensão política do passado recente, eu venho fazer uma contextualização muito mais fechada na área da cultura, mas não queria deixar de começar, exatamente, pela questão da Zona Histórica, porque está associada a uma das dimensões que eu gostaria de partilhar com todos: o Museu Cargaleiro. O Museu Cargaleiro é uma espécie de pulsar naquela zona. É, provavelmente, um dos fatores de grande circulação de pessoas e de qualificação da própria Zona Histórica. Muito recentemente foi feito aquilo que há muito se vinha a pedir, cada vez com maior pressão, que é uma maior e melhor rentabilização de um espólio que está presente no próprio museu... Estamos a falar das tais famosas doze mil peças que existem no museu. A partir de cerca de duas mil peças, o curador da exposição, *Uma Vida Desenhada*, João Pinharanda, ele selecionou cerca de cento



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

e cinquenta, que desde há uma semana e meia estão expostas no museu que foi objeto de melhoramentos, nos últimos meses, exatamente para poder receber esta nova exposição com a dignidade que ela merece e também, já agora, todo o entorno, todo o enquadramento da Praça Manuel Cargaleiro foi melhorado. Algumas situações que se arrastavam há alguns anos e que foram resolvidas, nomeadamente, na Rua dos Cavaleiros. Começo por referir esta questão porque creio que, a par do Centro de Interpretação do Bordado de Castelo Branco, o Museu Cargaleiro constitui-se como uma espécie de centro nevrálgico a partir do qual pode irradiar uma maior qualificação da Zona Histórica. Estamos a falar de, em cerca de uma semana, mais de quatrocentos visitantes, creio que, motivados por aquela exposição... A sua própria visibilidade nos órgãos de comunicação social nacionais, como é o caso da SIC e da RTP, em que boas reportagens acabaram por projetar o interesse das pessoas... Recebemos muitos visitantes de fora do nosso concelho e este número muito interessante deixou o próprio Mestre Manuel Cargaleiro extremamente agradado. Gostava de referir que numa exposição de um artista local, neste caso o João Robalo, na Sala da Nora, mereceu a visita de mais de oitocentas pessoas ao longo de quatro semanas apenas... É um número impressionante a que se deve muito à qualidade do trabalho deste artista que reside no nosso concelho e que é também fruto de muito trabalho que ele próprio desenvolveu no sentido de divulgar a própria exposição. Não queria deixar de referir, que uma iniciativa do Município, *Museus Portas Abertas*, integrada na *Feira Sabores de Perdição*, teve também aqui um papel muito importante no sentido de estimular, sobretudo, as pessoas do nosso concelho a visitar os nossos espaços museológicos... E posso dizer-vos que mais de quatrocentas pessoas visitaram, dentro deste enquadramento, o *Museus Portas Abertas*: com um passaporte oferecido em cada um dos equipamentos que, depois, a pessoa vai utilizando nos museus que quiser visitar, como um estímulo para que as pessoas conheçam o património museológico e interpretativo aqui no nosso concelho porque, obviamente, inclui também os espaços museológicos de Alcains e de Cebolais de Cima/Retaxo, como é o caso do *Museu dos Têxteis*. Quanto à intensidade da oferta cultural, ao nível museológico, eu poderei acrescentar que, por exemplo, no *Museu Francisco Tavares Proença Júnior*, a inauguração de duas exposições, uma delas uma memória daquilo que se passou há quarenta anos em Castelo Branco, com aquilo que foi a transposição do 'Habitat' de Vilas Ruivas, ali ao pé de Vila Velha de Ródão, um marco único na arqueologia nacional e que foi conduzido pelo Dr. Luís Raposo. Inaugurou há duas semanas e também tem sido objeto de muito interesse por parte do público. Num certo sentido, o *Museu Francisco Tavares Proença Júnior*, a regressar a uma matriz ligada à arqueologia. Quem já visitou a exposição sabe que ela está mesmo ligada ao núcleo que já existe há alguns anos: o núcleo expositivo de arqueologia. Ao nível do *Programa Folhas Novas*, gostava de referir que começámos a visitar as freguesias e, neste espaço de duas semanas e meia, temos iniciativas em Malpica do Tejo, Louriçal, do



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Campos, Alcains, Escalos e Cima e, também, São Vicente da Beira. Estamos a iniciar um processo que se vai desenrolando e que vai continuar nos meses de julho e agosto, pelo qual vamos visitar todas as freguesias do concelho. Finalmente, quero referir a saída de uma *separata* no Jornal Público que para nós tem uma enorme importância, porque contém um destaque àquilo que são às duas etapas do *Caminho de Santiago* aqui no nosso concelho. Não sei se todos têm presente. Nós temos duas etapas: uma que começa no concelho de Vila Velha de Ródão, em Amarelos, e que vai até Castelo Branco; e, depois, uma outra que vai de Castelo Branco até à Soalheira, já no concelho do Fundão. Esta *separata*, fez devida divulgação do que são as valências, em primeiro lugar, desses espaços... A possibilidade que as pessoas têm de pernoitar: o peregrino tem umas necessidades muito particulares e este ato de divulgação é extremamente oportuno, porque estamos em ano Jacobeu e começa-se a sentir que os peregrinos estão a regressar ao Caminho. Foi uma pena, que a pandemia não tenha potenciado o que poderia ter sido uma utilização ainda mais forte e mais densa, mas a realidade é esta e não a podemos contornar. Mas, mesmo assim, estamos a sentir que há um crescendo desse Caminho, feito e realizado, sobretudo, por pessoas do nosso território, mas também por estrangeiros. Aqui, apenas uma nota curiosa, enquanto que os Caminhos que passam no norte de Espanha são Caminhos muito saturados, o Caminho central – que é este aqui, interior – ele tem o potencial de poder congregar, por exemplo, pessoas que vêm pelo sul de Espanha e que podem apanhar uma parte a partir deste Caminho que, passa aqui, nestas duas etapas. Dar conta que esta divulgação é fundamental. Não tanto a dimensão turística, mas sobretudo a dimensão patrimonial... Por que o peregrino está há muito preocupado com as questões paisagistas, com o objetivo de fazer um 'caminho interior'... Ele vai registando todas as possibilidades dos territórios por onde passa e, nesta mesma *separata* eram mesmo divulgados: o próprio Museu Cargaleiro, o Museu Francisco Tavares Proença Júnior, a Sé Catedral, o Parque do Barrocal era também divulgado... Pode ser um interesse concomitante, ou um interesse de que, quem faz um caminho, queira conhecer um parque com, cada vez, maior notoriedade. Era aquilo que tinha para partilhar convosco. Muito obrigado."

Tomou a palavra a **Senhora Vereadora Cláudia Domingues Soares**: "Senhor Presidente. Senhora Vereadora. Senhores Vereadores. Caros Funcionários desta casa. Comunicação Social. Caros Concidãos. Começo a minha intervenção de hoje com a área do desenvolvimento económico. O *Sabores de Perdição*, um evento que se tem realizado com periodicidade anual, nos últimos anos, é um evento que tem como principal objetivo a promoção dos nossos produtos, dos produtos endógenos, dos produtos de excelência, que o concelho de Castelo Branco apresenta. Este ano, mais uma vez, fruto das limitações da pandemia, este foi um certame assinalado, essencialmente, na maior parte das suas atividades, online, mas que não deixou de ter a preocupação e quis manter esta periodicidade anual de promover, de dar a



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

conhecer, os nossos produtos, a nossa gastronomia e também de divulgar aqueles que todos os dias lutam para comercializar, produzir estes produtos. Decorreram uma série de iniciativas, desde ao nível das redes sociais, até ao programa de televisão, mas, também, levando a música, a cultura, às nossas freguesias através do *Sabores de Perdição Sobre Rodas*, que permitiu reforçar o nosso posicionamento naquela que tem sido uma preocupação relativamente à dinâmica das freguesias e à coesão territorial. Ainda dentro do *Sabores de Perdição*, e como o Senhor Vereador Carlos Semedo já referiu, levámos a cabo, no domingo de manhã, a iniciativa *Museus Portas Abertas Com Sabor*, e eu só vou acrescentar que, além dos quatrocentos, que o Senhor Vereador referiu no total, em termos dos equipamentos visitados que aderiram a esta iniciativa, foram mais de mil pessoas, durante a manhã, que tiveram a oportunidade de degustar um dos nossos sabores, enquanto acompanharam a visita aos nossos equipamentos. Em termos de recuperação económica e no seguimento daquilo que tem sido feito na perspetiva de apoio e recuperação *Covid*, lançámos, também, a iniciativa *250 Anos, 250 Sabores*, que tem aqui duas vertentes: por um lado, o apoio à valorização económica da restauração; e, por outro, o apoio à hotelaria, potenciando a atração de visitantes para este concelho. E, portanto, apoio à recuperação económica, no fundo muito próximo e a trabalhar de forma complementar com a atração de visitantes à nossa região, esta iniciativa pretende convidar todos a visitar a região e se o fizerem nas noites de sexta-feira, ou de sábado, até dia trinta de setembro, poderão usufruir de um voucher de quinze euros de desconto, na sua noite, por quarto. Esta dinâmica acaba por ser uma forma de que, quem visita Castelo Branco, não fique apenas umas horas, mas que pernoite, que é isso que nos interessa: que fiquem, gastem dinheiro e apoiem a dinâmica económica. Ao nível da restauração, foi criada uma lista de duzentos e cinquenta sabores identitários da nossa região, que serve de base às propostas que a restauração, aderente a esta iniciativa, apresenta sob a forma de *Menu Experiência – 250 Anos*. Menu que fica à disposição de todos nós, para consumir nos restaurantes aderentes e que vem complementar a oferta dos vales de alojamento que referimos. Uma iniciativa com a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) e com o apoio do Turismo do Centro e do Inovcluster. Esta informação está disponível e vai estando disponível à medida que os restaurantes e as unidades de alojamento vão aderindo na página do Município e, também, na página da AHRESP. Partilhar convosco, que no âmbito da Região Europeia do Empreendedorismo, um dos projetos que decorre, o *19Factory*, assenta, essencialmente, no empreendedorismo juvenil e vem reforçar este posicionamento de Castelo Branco, não só ao nível nacional, mas também internacional, na dinâmica, que tem tido, de promoção deste ecossistema empreendedor. Este, é um projeto que é partilhado entre o Centro de Empresas Inovadoras e a In.Cubo, a incubadora de Arcos de Valdevez. Esta semana recebemos, com muito gosto, a equipa de Arcos de Valdevez em Castelo Branco e tivemos a oportunidade de mostrar os



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

exemplos e as boas práticas existentes, que podem ser reportadas para outros territórios e, este projeto vem, essencialmente, reforçar a dinâmica dos últimos anos, levada a cabo pela *Fábrica do Jovem Empreendedor*, aumentando o impacto e o efeito junto dos mais novos, na sensibilização e no envolvimento nestas temáticas do empreendedorismo. Passando, agora, para a área do turismo, o Município de Castelo Branco participou, entre o dia quatro a seis de junho, na *Bolsa de Viagens* – que vem, no fundo, substituir a BTL, a Bolsa de Turismo de Lisboa, que foi adiada para dois mil e vinte e dois –, e contamos com a participação de dez empresas locais de alojamento, ou de animação turística, ou de viagens, no sentido de poderem apresentar aquilo que Castelo Branco tem de melhor e potenciar a atração de visitantes para o nosso território. Respondendo ao Senhor Vereador Pedro Lopes, relativamente ao Barrocal e a algumas questões que aqui deixou. Como nós já referimos, e como o Senhor Presidente também já referiu noutras reuniões de Câmara, está prevista uma fase dois para o Barrocal. Primeiro, é um gosto ouvi-lo dizer que realmente temos um problema que se prende com o sucesso ligado a esta estrutura. Efetivamente, é isto que acontece. Até à data, foram inúmeros os visitantes que tiveram a oportunidade de visitar o Barrocal... Ao fim-de-semana a procura é tanta que nós temos alguma dificuldade na questão do estacionamento. Mas, como eu já referi, há uma fase dois que irá contemplar esse problema positivo, na perspetiva de que é fruto da procura e do sucesso desta infraestrutura e, portanto, a seu tempo teremos oportunidade de lhe dar resposta, dizendo, desde logo, que o parque também tem um pequeno parque de estacionamento na parte mais recuada, cujo acesso se faz pela lateral e que ainda não está a ser utilizado, mas que é uma possibilidade em termos de reajustamento com a fase dois do parque do Barrocal. Dizer-lhe, também, Senhor Vereador, relativamente ao período posterior ao incêndio que, infelizmente, tivemos o ano passado, que o parque do Barrocal sofreu um conjunto de alterações, nomeadamente, neste momento já é possível registar extintores, em vários pontos, e, também, mapas de localização para as saídas de emergência. É possível, junto de cada uma das saídas, ter uma saída de emergência e não existe aquela situação de não se poder sair do parque, isso está devidamente acautelado. Posso partilhar que já tivemos mais de vinte mil visitantes até à data de hoje. Ainda, em termos do parque do Barrocal, eu gostaria muito de referir que tivemos aquele último prémio, o Geoconservação 2021 e apelar à participação de todos às duas dinâmicas de posicionamento do parque que estão neste momento identificadas nas redes sociais, quer do Município, quer do parque, nomeadamente, fazer um apelo ao voto para *Melhor Estrutura Ecológica*, no âmbito do *International Ecotourism Society Awards*, no sentido de que todos juntos conseguiremos posicionar e, possivelmente, trazer mais este prémio para o Barrocal e para Castelo Branco. Também, dizer que o Barrocal foi nomeado para os *World Travel Awards*, considerados os óscares do turismo e um dos mais prestigiados prémios internacionais – que precisa do apoio de todos, do voto de todos, para que se consiga



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

mais esta distinção para este projeto que é da cidade, dos albicastrenses e que conta com todos para este propósito. Deixo um último convite, porque nos próximos dias dezanove e vinte de junho, o Barrocal vai levar a cabo visitas com guia, nos períodos da manhã e da tarde, e, portanto, é também uma forma diferente de perceber o parque quando se faz de forma acompanhada, com a explicação de especialistas naquela matéria – deixo o convite para aderirem a esta iniciativa do Barrocal. Bem-haja.”

Tomou a palavra a **Senhora Vereadora Maria José Barata Baptista**: “Muito bom dia Senhor Presidente, Senhora Vereadora, Senhores Vereadores. Dr. Roberto. Eng. Resende. Funcionário do Município. Comunicação Social e Múncipes presentes. Há dezasseis anos que integro os executivos municipais. Portanto, há quatro mandatos que tenho o grato prazer e a honra de servir a ‘causa pública’, integrada em listas do Partido Socialista. Creio ser uma honra, para qualquer cidadão, poder servir a ‘causa pública’ de forma desinteressada e responder às necessidades, aos anseios, da população. É o momento de vos dizer que, desses dezasseis anos, os últimos onze anos e meio, foram como Administradora dos Serviços Municipalizados. Foi um grande desafio, com uma grande equipa que sempre colaborou de forma a contribuir para o sucesso daquela casa. Quero agradecer ao Eng. Luís Resende, ao Dr. Roberto e ao Dr. Alveirinho, de uma forma particular, porque sempre colaboraram com os Serviços Municipalizados, bem como todos os funcionários desta autarquia. Uma palavra de apreço, um grande agradecimento, um grande bem-haja à grande equipa, como eu já referi, dos Serviços Municipalizados. Têm espírito de missão e uma grande dedicação aos Serviços Municipalizados... De facto, liderei, mas, como sabem, se não estivermos rodeados de pessoas que dão o seu melhor para servir todos os cidadãos albicastrenses, é evidente que a missão torna-se impossível. Referir, ainda, que neste tempo de pandemia, foram todos eles muito zelosos pelo cumprimento do seu dever. Muitos poderiam ter recusado algumas atribuições, algumas tarefas, mas não ficou um contentor por recolher, não ficou um munícipe sem água, sempre se fez a higiene e a limpeza urbana. É muito importante referir isto, para, também, valorizar todos os funcionários dos Serviços Municipalizados. Apenas queria partilhar convosco este sentimento. Continuarei como Vereadora da Câmara Municipal, sem pelouros, um compromisso que assumi quando fui eleita... Referindo-me a este mandato, iniciado em dois mil e dezassete, irei até final de mandato. Muito obrigada.”

Tomou a palavra o **Senhor Presidente José Augusto Alves**: “Cumprimento as Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores. O Senhor Diretor de Departamento. O Senhor Chefe de Divisão. Todos os funcionários da Câmara Municipal. Comunicação Social – o José Júlio, presente e sempre habitual nestas reuniões. Cumprimento, também, os cidadãos presentes. Começo, precisamente, por este último ponto. A situação da Senhora Vereadora Maria José Baptista, que tem sido falada, nos últimos tempos. Nos últimos



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

meses, a Senhora Vereadora transmitiu-me qual era a sua posição em termos de decisão. Obviamente que nós reconhecemos – e penso que toda a gente reconhece – que este trabalho da Senhora Vereadora, membro do Executivo de uma Câmara Municipal, como a de Castelo Branco, não é fácil. A sua missão, nos Serviços Municipalizados, como ela teve ocasião de dizer e agradecer a todo o trabalho de toda a equipa dos Serviços Municipalizados e, também, da Câmara Municipal... Isto é, de todo o grupo municipal... Dizer-lhe que estou muito grato, nestes onze meses, pelo seu desempenho nos Serviços Municipalizados e, obviamente, quer o meu antecessor, quer todos os anteriores Presidentes de Câmara com quem a Senhora Vereadora Maria José Batista teve esse desempenho, evidentemente que todos estão agradecidos... Mas, acima de tudo, também estão, de uma forma geral, agradecidos todos os cidadãos, todos os albicastrenses. O seu papel foi preponderante em todos os pelouros que desempenhou, não só nos Serviços Municipalizados, mas também como Conselheira Municipal para a Igualdade – que são os que tem aqui comigo como Presidente de Câmara. Não tem sido fácil, face à sua situação em termos de saúde, mas eu quero dizer-lhe de uma forma muito aberta, amiga, que lhe fico extremamente grato por todo o trabalho que teve e nunca, apesar de todas essas circunstâncias, nunca esmoreceu... Às vezes, partilhámos algumas situações mais extrovertidas – quem me conhece sabe que a minha postura vai muitas vezes nesse sentido –, porque é muito importante haver motivação, apesar das dificuldades. Esta foi a forma que a Senhora Vereadora Maria José arranjou, nós concordamos, sempre em linha com a sua postura e o seu trabalho. Faltam alguns meses para o *términus* do mandato e, no momento certo, irei dizer como é que vão ficar os pelouros, não agora... No entanto, quero dizer-vos que já tomámos uma pré-decisão... Obviamente, irei partilhá-la convosco, até porque tem de ser presente a uma reunião de Câmara... Como é que vão ficar os pelouros da Senhora Vereadora Maria José que vai continuar como Vereadora até final do mandato. Vamos continuar a falar com ela, vamos ouvi-la aqui nas reuniões de Câmara, mas agora numa situação mais recatada, precisamente pelos argumentos que a Senhora Vereadora aqui transmitiu. Penso que o Senhor Vereador Carlos Almeida também quer expressar-se sobre este ponto e depois passo à parte seguinte.”

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Almeida**: “Senhor Presidente, muito obrigado. Mais uma vez, muito bom dia para todos. Eu gostaria de ter uma palavra para com a Senhora Vereadora Maria José Batista, num momento em que se torna público a sua renúncia ao cargo de Administradora dos Serviços Municipalizados. É sabido que tivemos, enfim, algumas divergências, nem sempre estivemos de acordo em muitas circunstâncias. Mas, sendo certo que na vida política é importante a divergência, o debate, a opinião, mas também fique muito claro que a nossa relação política – e, sobretudo, pessoal –, foi uma relação sempre pautado por grande respeito, de forma que fica aqui esta nota de âmbito pessoal. Permitam-me, ainda, estender uma outra nota de agradecimento, sob um ponto de vista pessoal e, também, sob um ponto de



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

vista institucional, enquanto representante do PSD – e que seguramente será acompanhado por muitos albicastrenses –, pelo serviço que a Senhora Vereadora Maria José Batista, ao longo de dezasseis anos de entrega à 'causa pública', prestou ao serviço da nossa comunidade. E, por vezes, como aqui já foi realçado pelo Senhor Presidente, em circunstâncias difíceis, sob um ponto de vista pessoal. Fica esta nota de reconhecimento e de agradecimento, da nossa parte. Obrigado”

**O Senhor Presidente José Augusto Alves:** “Cumprimento-vos outra vez... Senhoras Vereadoras, os Senhores Vereadores. O Senhor Diretor de Departamento. O Senhor Chefe de Divisão. Todos os Funcionários da Câmara Municipal. Comunicação Social e Cidadãos. Foram umas intervenções altamente produtivas e quero dizer-vos que, começando pelo Senhor Vereador Pedro Lopes, em exercício de funções, a Senhora Vereadora Cláudia Domingues já respondeu a algumas das suas dúvidas, no entanto, deixou-me algumas para eu responder. Como sabe, o parque do Barrocal está inserido num espaço amplo que vai permitir a requalificação, quer do lado do Barrocal, quer do lado em frente ao Barrocal. Por exemplo, com o projeto que está feito, que tem a ver com a passagem aérea, de um viaduto, que vai ligar o Barrocal e que vão proporcionar – obviamente à espaços da Câmara Municipal do lado de lá – a execução desse viaduto. Está prevista uma segunda fase e é essa que terá os pressupostos, no que diz respeito à mobilidade – como sabem, esta parte não teve essa vertente, no entanto, foram salvaguardadas algumas situações. Dizer-lhe, também, que em termos de estacionamento, depois, haverá todo um ajuste e um arranjo exterior de todo este espaço. Mas, toca aí num assunto e ainda bem, que tem a ver com as passadeiras... Das reuniões que temos tido e as forças de segurança não têm opinião de que seja colocada ali uma passadeira e nós temos que acreditar neles. Diz-se muita coisa, há muita gente leiga na matéria, mas que fala... Mas a situação é que essas pessoas têm toda a virtude em falar, em discutir, ou até discordar, no entanto nós temos que acreditar nos técnicos, e isso foi-nos transmitido, o quer dizer que a passadeira que está mais ao fundo, perto da rotunda, deve ser a utilizada. Esta foi a opinião e nós nunca iremos contra os técnicos, que de forma abalizada e competente, tornam estas situações mais esclarecidas. Parece que 'está a pedir', ali uma passadeira... Eu também pensava assim... Mas esta foi a opinião dos técnicos. Em relação ao estacionamento, eu já falei a e Senhora Vereadora Cláudia Domingues também já falou... Mas há aqui um ponto que focou, que foi o Bairro do Barrocal. Para o Bairro do Barrocal vão surgir – daquilo que eu disse há pouco. o tal viaduto, o tal espaço que vai ser criado ali –, melhorias significativas face a esse projeto... Mas, atenção – até porque a própria 'reserva de máquinas', em termos de ferrovia, é um projeto que está com a Infraestruturas de Portugal, IP –, não podemos esquecer que, com a requalificação de todo aquele espaço, vamos suprir uma 'passagem de nível sem guarda' e a Câmara Municipal tem de defender os seus próprios interesses financeiros e essa situação tem de ser preservada, isto é, o Município, ao fazer toda esta



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

requalificação e suprir a 'passagem de nível sem guarda', obviamente que tem de ser recompensado sob o ponto de vista financeiro, para fazer esta obra. É nesta fase que estamos. Eventualmente, não será para o nosso mandato, vamos chamar assim, mas temos estado a fazer todo este trabalho com as autoridades que estão no terreno para que isso seja possível. Quanto à situação do inquérito, continua do lado do Ministério Público, ainda não temos mais dados, a não ser a última resposta que nos deram há cerca de mês e meio, dois meses, que continua em fase de inquérito. Como sabem, há tipificados vários prazos e eles estão a obedecer a isso até haver mais situações esclarecedoras, ou não, para depois haver uma decisão, da área da justiça, que nos será comunicada. Neste momento não tenho mais informação complementar a dar a si ou a todos os munícipes do concelho. Em relação à intervenção do Senhor Vereador Carlos Almeida, eu dir-lhe-ia que a política é feita de decisões, de opções, de ideias... A política é feita com pessoas e para as pessoas... Como dizia Winston Churchill, a democracia ainda é o melhor modelo... É feita de eleições, de resultados eleitorais e eu acho que ainda estamos numa fase muito embrionária, como disse, da pré-campanha eleitoral. Ainda há um espaço longo até à apresentação de listas... É natural que apareçam mais listas, candidatos, mais ideias... Nós estamos aqui para trabalhar, até setembro-outubro, em prol das pessoas e é isso que nos motiva. Ouvimos notícias, rádio, estamos atentos à comunicação social e, eu próprio, até fico ansioso, precisamente, pelas coisas que são anunciadas não serem de possível concretização... E isto é a política... Por isso é que, às vezes, se desacredita, um pouco, nos políticos. Mas nós estamos aqui para ver... Uma coisa é certa, no dia das eleições, irei cumprir o meu ato cívico, que é de votar, como todos, que é isso que se deve fazer para incrementar democracia nas comunidades. Portanto, de forma simples e mais sintética possível, é a resposta que dou ao Senhor Vereador Carlos Almeida. O Senhor Vereador Carlos Semedo fala aqui no Museu Cargaleiro. Eu não pude estar presente nesta demonstração cultural de grande envergadura para Castelo Branco, para a cultura, para o Museu Cargaleiro e, obviamente, para o Mestre, por quem tenho enorme estima. A Câmara Municipal estava representada pelos Senhores Vereadores e pelo Senhor Vice-Presidente, e quero dizer-lhe que estamos a incrementar valor à cultura, com o Mestre Cargaleiro, no entanto, estão a ser criadas novas estruturas para dar maior dimensão a todos os espaços expositivos da nossa cidade. A Câmara Municipal introduziu algumas requalificações naquele espaço e também na parte exterior do museu, para permitir os acessos, para melhorar as condições das exposições. Cumprimos os prazos... E era isso que eu vos queria dizer, em relação ao Museu Cargaleiro. A iniciativa *Museus Portas Abertas*, integrada na *Feira Sabores de Perdição On-line*. Como sabem, foi feita esta edição *on-line*, face às dimensões da pandemia... Aqui, uma palavra: nós estamos a aparecer com alguns casos de *Covid* no concelho... Esta noite foi mais um acompanhamento de alguns resultados... Hoje de manhã voltei a acompanhar... Há sempre preocupação e alguma situação



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

que temos de acompanhar no âmbito das entidades de saúde, da proteção civil e da Câmara Municipal. Estamos a fazer muitos testes, outra vez, em algumas áreas profissionais e vamos continuar a fazê-los... Eu queria dizer com isto – parece que não tem nada a ver, mas tem –, que foi opção fazermos esta edição da *Feira Sabores de Perdição On-line*, porque é necessário, ainda nestes tempos que correm, produzir eventos desta área, desta forma. Por vezes, as pessoas não compreendem porque é que a Câmara Municipal toma uma atitude de tomar uma decisão de inibir, um pouco, as pessoas de se deslocarem à Câmara Municipal: fazê-lo através do telefone; através de e-mail, evitando a acumulação de pessoas. A cultura foi uma das áreas do nosso país e do mundo que esteve fechada, agora abriu, e estamos a fazer eventos em várias freguesias. As exposições sucedem-se e, neste momento, temos todos os espaços museológicos, passíveis de se fazer exposições, ocupados, com exposições feitas com as regras da Direção-Geral de Saúde. Ontem, o Jornal Público fez aquela *separata*, um jornal apresentou um grande artigo sobre Castelo Branco ser a segunda região empreendedora do país – a seguir a Lisboa, em 2015 – em que apresenta todas as infraestruturas, o imaterial, potenciando essa eleição de Castelo Branco como Região Empreendedora Europeia, pelo Comité das Regiões, a que todos enche de orgulho. A Senhora Vereadora Cláudia Soares falou também do desenvolvimento económico, da recuperação *Covid*, falou da iniciativa *250 Anos, 250 Sabores* e que nós temos tido a possibilidade de fazer sempre isto com parcerias – esta fizemo-la com a AHRESP – colocando, quer a hotelaria, quer a restauração. Mais um apoio, mais uma forma de proporcionar atratividade de turismo, nesta abertura que estamos a ter de desconfinamento. Está a haver grande aceitação, estendendo-se até trinta de setembro. O Senhor Vereador Carlos Semedo falou no *Museu Portas Abertas*, a que nós associamos um passaporte que, no fim, depois de ser carimbado seis vezes, as pessoas recebem um produto endógeno da nossa região. Uma forma que arranjámos para premiar as pessoas que visitaram seis espaços museológicos da nossa cidade e do nosso concelho. Os prémios do Barrocal sucedem-se, sinal de uma excelente decisão. Avançámos com o Parque do Barrocal, e houve aqui um apelo aos próximos prémios que nós também queremos muito e que é motivo de orgulho para todos os albacastrenses – conseguir esses prémios, é sinal que conseguimos, cada vez mais, colocar o Barrocal lá em cima e fazer com que ele seja divulgado, quer a nível nacional, quer a nível internacional, que é aquilo que proporcionamos. Não esquecer as visitas com guias, nos dias dezanove e vinte de junho, também é um convite que vos deixo e, também, a nossa participação na *Bolsa de Viagens*, nos dias quatro a seis de junho. Era isto que vos queria dizer.”

Não havendo mais pedidos para intervir, o Senhor Presidente deu por encerrado o período *antes da ordem do dia* e conduziu os trabalhos para o período da *ordem do dia*, conforme estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### **Ponto 1 – APROVAÇÃO DE ATA**

Foi presente, para discussão e aprovação, a ata da reunião ordinária de dia 4 de junho de 2021 (Ata n.º 14), que posta a votação, foi aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **Ponto 2 – TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E DE CAPITAL**

##### **2.1. Transferências Correntes (alíneas o) ou u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)**

##### **2.1.1. Associação Desportiva e Recreativa de Retaxo**

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores do PSD, atribuir um subsídio de € 6.500,00, à Associação Desportiva e Recreativa de Retaxo, destinado a apoiar despesas extraordinárias relativas à época desportiva, nos termos de protocolo a celebrar.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar o respetivo protocolo.

##### **2.1.2. Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha – Gega**

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de € 2.700,00, ao Grupo de Estudos e Defesa do Património Cultural e Natural da Gardunha – Gega, como comparticipação financeira destinada à organização de exposição permanente, patente nos antigos Paços de Concelho de São Vicente da Beira, dedicada aos minérios e minerais originários de Portugal, nos termos de protocolo a celebrar.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar o respetivo protocolo.

##### **2.1.3. Associação Escola de Judo Ana Hormigo**

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de € 1.190,00, à Associação Escola de Judo Ana Hormigo, destinado a apoiar a realização de testes PCR Covid-19, obrigatórios para a participação na Taça da Europa de Juniores de Coimbra, nos termos de protocolo a celebrar.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar o respetivo protocolo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **2.1.4. Juntas e Uniões de Freguesia. Transferência de Verbas: Recenseamento Eleitoral 2020**

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 5270, de 02/06/2021, da Secção de Contratação Pública, elaborada segundo o ofício referência 9557/2021/SGA\_AE/DAE, de 21/04/2021, da Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), que informa sobre a transferência do montante € 737,11, de acordo com o Decreto-Lei n.º 162/79, de 30 de maio, designadamente, o *Recenseamento Eleitoral 2020*, para as juntas e uniões de freguesia, da seguinte forma: Alcains, a verba de € 47,25; Almededa, a verba de € 28,85; Benquerenças, a verba de € 28,83; Castelo Branco, a verba de € 182,77; Lardosa, a verba de € 30,07; Louriçal do Campo, a verba de € 28,42; Malpica do Tejo, a verba de € 27,86; Monforte da Beira, a verba de € 27,48; Salgueiro do Campo, a verba de € 29,21; Santo André das Tojeiras, a verba de € 28,98; São Vicente da Beira, a verba de € 31,18; Sarzedas, a verba de € 31,16; Tinalhas, a verba de € 28,43; União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, a verba de € 34,18; União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, a verba de € 31,14; União das Freguesias de Escalos de Cima e Lousa, a verba de € 32,62; União das Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo, a verba de € 29,36; União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, a verba de € 29,34; e União das Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, a verba de € 29,98.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, transferir o montante € 737,11, de acordo com o Decreto-Lei n.º 162/79, de 30 de maio, designadamente, o *Recenseamento Eleitoral 2020*, para as juntas e uniões de freguesia, da seguinte forma: Alcains, a verba de € 47,25; Almededa, a verba de € 28,85; Benquerenças, a verba de € 28,83; Castelo Branco, a verba de € 182,77; Lardosa, a verba de € 30,07; Louriçal do Campo, a verba de € 28,42; Malpica do Tejo, a verba de € 27,86; Monforte da Beira, a verba de € 27,48; Salgueiro do Campo, a verba de € 29,21; Santo André das Tojeiras, a verba de € 28,98; São Vicente da Beira, a verba de € 31,18; Sarzedas, a verba de € 31,16; Tinalhas, a verba de € 28,43; União das Freguesias de Cebolais de Cima e Retaxo, a verba de € 34,18; União das Freguesias de Escalos de Baixo e Mata, a verba de € 31,14; União das Freguesias de Escalos de Cima e Lousa, a verba de € 32,62; União das Freguesias de Freixial do Campo e Juncal do Campo, a verba de € 29,36; União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, a verba de € 29,34; e União das Freguesias de Póvoa de Rio de Moinhos e Cafede, a verba de € 29,98.

### **2.2. Transferências de Capital (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)**

#### **2.2.1. Desportivo de Castelo Branco**

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de € 24.600,00, ao Desportivo de Castelo Branco, destinado a comparticipar a aquisição de uma viatura de nove lugares, nos termos de protocolo a celebrar.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar o respetivo protocolo.

### **2.2.2. Liga dos Combatentes – Núcleo de Castelo Branco**

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de € 4.793,32, para a Liga dos Combatentes – Núcleo de Castelo Branco, para participar financeiramente na obra para a reabilitação do espaço destinado ao funcionamento da secretaria do núcleo da Liga dos Combatentes de Castelo Branco, nos termos de protocolo a celebrar.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar o respetivo protocolo.

### **2.2.3. Unidade Local de Saúde de Castelo Branco**

#### **2.2.3.1. Extensão de Saúde de Alcains**

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de € 259.680,92, para a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, para participar financeiramente obras na *Extensão de Saúde de Alcains*, nos termos de protocolo a celebrar.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar o respetivo protocolo.

#### **2.2.3.2. Extensão de Saúde de Cebolais de Cima**

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de € 231.650,82, para a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, para participar financeiramente obras na *Extensão de Saúde de Cebolais de Cima*, nos termos de protocolo a celebrar.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar o respetivo protocolo.

### **2.2.4. Instituto Politécnico de Castelo Branco**

Por proposta do Senhor Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio de € 80.000,00, para o Instituto Politécnico de Castelo Branco, como reforço da participação destinada à requalificação do Campus da Talagueira do Instituto Politécnico de Castelo Branco, nos termos de protocolo a celebrar.

Mais deliberou, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua, para outorgar o respetivo protocolo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### Ponto 3 – OBRAS MUNICIPAIS

#### **Formalização dos Eixos Cicláveis: Eixos Cicláveis da Mobilidade Urbana da Cidade – Zona Ocidental – Lote 1. Prorrogação de Prazo da Empreitada**

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 5730, de 09/06/2021, da Divisão de Obras, Equipamentos e Infraestruturas, propondo a prorrogação do prazo, a título gracioso, da empreitada *Formalização dos Eixos Cicláveis: Eixos Cicláveis da Mobilidade Urbana da Cidade – Zona Ocidental – Lote 1*, de que foi adjudicatária a empresa Opsan – Sociedade de Construção, Lda. Da informação consta o seguinte texto: “Em resposta ao pedido de prorrogação de prazo apresentado pela empresa Opsan, Sociedade de Construção, Lda, através de ofício com registo de entrada n.º 8624 de 08/06/2021 (em anexo), informamos o seguinte: À semelhança do que aconteceu noutras empreitadas desta divisão de obras e noutras áreas da economia local, nacional e mundial, o impacto do agravamento da situação pandémica Covid 19, em janeiro de 2021, levou à necessidade de ajustes e adaptações das empresas ao nível das equipas de trabalho e ao nível do planeamento do mesmo. Neste contexto, o impacto na gestão das empreitadas foi grande, com atrasos no desenvolvimento dos trabalhos e atrasos nos fornecimentos de materiais e equipamentos. Face ao anteriormente exposto, e à semelhança do sucedido noutras empreitadas, propõe-se a aprovação da prorrogação do prazo da empreitada pelo período de 120 dias, desde que não sejam imputados ao dono de obra custos acrescidos com esta decisão”.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a prorrogação do prazo da empreitada *Formalização dos Eixos Cicláveis: Eixos Cicláveis da Mobilidade Urbana da Cidade – Zona Ocidental – Lote 1*, de que foi adjudicatária a empresa Opsan – Sociedade de Construção, Lda, pelo período de cento e vinte dias, a título gracioso, ou seja, desde que não resultem quaisquer encargos para o dono de obra, presentes ou futuros, relacionados com custo de estaleiro, revisão de preços ou quaisquer outros ónus, derivados da prorrogação de prazo.

### Ponto 4 – URBANISMO E OBRAS PARTICULARES

#### **4.1. Revisão do Plano de Pormenor da Zona ZUE-W (Quinta do Bosque) do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco. Nomeação do Representante da Câmara Municipal para Acompanhamento da Revisão do Plano**

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 4963, de 28/05/2021, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, assunto: Revisão do Plano de Pormenor da Zona ZUE-W (Quinta do Bosque) do Plano Geral de Urbanização de Castelo Branco. Nomeação do Representante da Câmara Municipal para



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

acompanhamento da Revisão do Plano. Da informação consta o seguinte texto: “Por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de 31/08/2017, foi nomeado o Eng. Luis Resende para administrador da Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT) desta Autarquia – plataforma eletrónica oficial, de âmbito nacional, gerida pela Direção-Geral do Território (DGT) e destinada ao apoio das entidades envolvidas nos procedimentos de formação dos programas e planos territoriais. Entretanto, por despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 31/05/2018, exarado na sequência da informação n.º 2303, de 17/05/2018, fui nomeada gestora da PCGT nos processos de PP’s e PGU, ou seja, a técnica que gere a PCGT para disponibilizar a informação relativa aos planos em curso de tramitação (por exemplo: deliberações, participação pública, obtenção de pareceres, aprovação e depósito). Na sequência da reunião da Câmara Municipal de Castelo Branco, realizada em 23 de abril de 2021, relativa à deliberação do início do procedimento do PP ZUE-W, foi publicado o Aviso (extrato) n.º 9176/2021, no Diário da República n.º 94, de 14 de maio de 2021 e registado o processo na PCGT com a designação ‘ID 535 – Plano de Pormenor da Zona ZUE-W (Quinta do Bosque) do PGU de Castelo Branco – Revisão’, conforme e-mail datado de 27/05/2021, que se anexa. Neste contexto, os documentos do início do procedimento do PP ZUE-W são inseridos na PCGT e, em conformidade com o disposto na alínea oo) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (RJAL), propõe-se que em reunião pública da Câmara Municipal seja deliberado: Nomear um representante Técnico da Câmara Municipal para efeitos de acompanhamento da Revisão do PP ZUE-W, nos termos do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT); Que a nomeação do representante inclua a delegação ou subdelegação dos poderes adequados para o efeito de vinculação da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 84.º do RJIGT “a designação dos representantes dos serviços e entidades da administração direta ou indireta do Estado incorpora a delegação ou subdelegação dos poderes necessários à vinculação daqueles serviços e entidades”.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores do PSD, nomear, o chefe da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, Pedro Miguel dos Santos Dias, representante Técnico da Câmara Municipal para efeitos de acompanhamento da Revisão do PP ZUE-W, nos termos do artigo 86.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).

Deliberou ainda, que a nomeação do representante inclua a delegação ou subdelegação dos poderes adequados para o efeito de vinculação da Câmara Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 84.º do RJIGT.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **4.2. Certidões de Compropriedade (Artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de Setembro, com a Atual Redação da Lei n.º 64/2003, de 23 de Agosto)**

#### **4.2.1. José dos Santos Barata e Outros. Almaceda**

Pelo Senhor Presidente, foi presente um requerimento apresentado por José dos Santos Barata, João Barata, Maria Augusta dos Santos Barata, Glória dos Santos Barata Leitão, Otilia Maria Barata, para emissão de “parecer favorável da Câmara Municipal à constituição de compropriedade, em relação ao prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 9, da secção O, da freguesia de Almaceda, a favor de João Barata, Maria Augusta dos Santos Barata, José dos Santos Barata, Glória dos Santos Barata Leitão, Otilia Maria Barata, assumindo o compromisso de que do negócio não resultará parcelamento físico do prédio ou a violação do regime legal dos loteamentos urbanos. Considerando a informação que sobre estes assuntos foi prestada pelo Gabinete Jurídico (informação n.º 6, de 02/05/2012), julga-se não haver inconveniente em que o executivo municipal delibere no sentido de emitir a certidão prevista no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, fazendo constar da mesma que o parecer favorável emitido só é válido desde que o negócio não vise ou dele possa resultar o parcelamento físico do prédio ou a violação do regime legal dos loteamentos urbanos”.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável à emissão da certidão prevista no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, fazendo constar da mesma que o parecer favorável emitido só é válido desde que o negócio não vise ou dele possa resultar o parcelamento físico do prédio ou a violação do regime legal dos loteamentos urbanos.

#### **4.2.2. João Ricardo Lourenço Nunes e Outros. Sarzedas**

Pelo Senhor Presidente, foi presente um requerimento apresentado por João Ricardo Lourenço Nunes e outros, para emissão de “parecer favorável da Câmara Municipal à constituição de compropriedade, em relação ao prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 177, da secção FZ, freguesia de Sarzedas, a favor Carlos José dos Santos Almeida, Mercedes Cheira Benitez e Jean Charles Ange, assumindo o compromisso de que do negócio não resultará parcelamento físico do prédio ou a violação do regime legal dos loteamentos urbanos. Considerando a informação que sobre estes assuntos foi prestada pelo Gabinete Jurídico (informação n.º 6, de 02/05/2012), julga-se não haver inconveniente em que o executivo municipal delibere no sentido de emitir a certidão prevista no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, fazendo constar da mesma que o parecer favorável emitido só é válido desde que o negócio não vise ou dele possa resultar o parcelamento físico do prédio ou a violação do regime legal dos loteamentos urbanos”.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar parecer favorável à emissão da certidão prevista no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação atual dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, fazendo constar da mesma que o parecer favorável emitido só é válido desde que o negócio não vise ou dele possa resultar o parcelamento físico do prédio ou a violação do regime legal dos loteamentos urbanos.

### **4.3. Processos de Obras Particulares Despachados no Mês de Maio de 2021**

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 5862, de 11/06/2021, da Secção de Obras Particulares, relevando os processos de obras particulares despachados no mês de maio de 2021.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

### **Ponto 5 – PATRIMÓNIO**

#### **Adjudicação do Arrendamento do Bar/Esplanada da Praia Fluvial de Sesmo**

Pelo Senhor Presidente foi presente o Despacho n.º 29/2021, para adjudicação do arrendamento do bar/esplanada da Praia Fluvial de Sesmo, no seguimento da deliberação da Câmara Municipal do dia 21 de maio, a Pedro Miguel Rodrigues Esteves, pelo valor da sua proposta, que foi de € 1.100,00 (meses de junho a setembro – € 275,00/mês) e € 400,00 (meses de outubro a maio – € 50,00/mês), nas condições definidas no Programa de Concurso e Caderno de Encargos, com a duração de 2 anos, sendo renovável por iguais períodos, se nenhuma das partes o denunciar com uma antecedência mínima de 30 dias.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

### **Ponto 6 – CONTABILIDADE**

#### **2.ª Revisão Orçamental do Ano 2021**

Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta de *2.ª Revisão Orçamental do Ano 2021*, cujos documentos são dados como reproduzidos ficando a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 1.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores do PSD, aprovar a proposta de *2.ª Revisão Orçamental do Ano 2021*

Mais deliberou, submeter a mesma à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos das alíneas a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### Ponto 7 – DELIBERAÇÕES DIVERSAS

#### 7.1. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo no Município de Castelo Branco.

##### Proposta

Pelo Senhor Presidente foi presente a proposta de *Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo no Município de Castelo Branco*, que se dá como reproduzida ficando a fazer parte integrante desta ata identificada como documentação n.º 2.

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Almeida**: “Se me permitem, eu gostaria, em nome do PSD, tecer algumas considerações e, depois, fazer uma declaração de voto, no que diz respeito ao ponto em causa, que é a votação do *Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo no Município de Castelo Branco*. Penso que estaremos perante um momento, que eu diria que é muito importante para a nossa comunidade, para a Câmara Municipal de Castelo Branco e, em particular, para a boa gestão dos dinheiros públicos do município, sobretudo no que diz respeito a uma dimensão que nos é a todos particularmente cara, que eu tenho acompanhado com atenção, nos últimos anos, que tem a ver com a questão da transparência. E, para tentar ilustrar, de alguma forma, aquilo que estou a tentar dizer, eu penso que nós vamos chegar ao final do presente mandato, 2017-2021... Para se ter uma noção do valor dos subsídios que foram aprovados em reunião de Câmara... Provavelmente iremos estar muito próximos senão, por ventura, ultrapassar, o valor de dezasseis milhões de euros, em quatro anos. Trata-se de uma verba muito avultada e sobre a qual, no que diz respeito à atribuição de subsídios, até ao momento não havia, rigorosamente, nenhum documento escrito – a não ser a ponderação que era feita, em particular, pelos Presidentes da Câmara e depois acompanhada pelas suas respetivas equipas. Logo em dois mil e dezassete, nós assumimos funções em novembro de dois mil e dezassete, e eu tenho presente que, logo na primeira reunião, na qualidade de Vereador, eu próprio chamei logo a atenção para a necessidade da existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Esta questão eu trouxe-a por variadíssimas vezes a reuniões de Câmara, tentei fazer alguma pressão política através de artigos de opinião que fui escrevendo, de vídeos que fui fazendo e, em determinadas circunstâncias, com tomadas de posição – por ventura, aos olhos de alguns, mais radicais – mais institucionais no sentido de comunicar a inexistência de um documento na Câmara Municipal, para o Tribunal de Contas. O próprio Tribunal de Contas, como também é sabido, tomou uma posição relativamente a esta mesma matéria, de modo que o regulamento hoje está aqui para, exatamente, ser aprovado, eu diria que, muito em resultado daquilo que foi a pressão política dos Vereadores do PSD, mas, sobretudo, ditado pelo Tribunal de Contas. Sem dúvida que é um documento que balizará e será importante, naquilo que diz respeito, para o futuro da nossa comunidade e,



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

em particular, para a transparência e a boa gestão dos dinheiros públicos. Todavia, este regulamento, no nosso ponto de vista, enferma de dois problemas. Um primeiro, tem a ver com o facto de não fazer a quantificação que nós entendíamos que deveria ser feita. Obviamente, que nem tudo é possível de se quantificar, no que diz respeito à atribuição de subsídios, mas, manifestamente, faltou aqui alguma ambição para que se pudesse ir mais longe no que diz respeito à quantificação e este é, de facto, para nós, um problema. Há um segundo problema, que tem a ver com tudo aquilo que é omissos neste regulamento e no que diz respeito, particularmente, a um ponto que nos é caro: a questão da avaliação dos subsídios. Falta isso. Em muitos regulamentos que proliferam pelo nosso país, também municipais, esta é uma questão que é acompanhada por comissões, por grupos de trabalho, que fazem a respetiva avaliação da forma como os subsídios são aplicados, geridos. Portanto, Senhor Presidente, face a estas duas omissões... Acredite que nós gostaríamos muito de votar favoravelmente, levando em linha de conta até todo este histórico que acabo aqui de referenciar, mas não nos sobra outra alternativa que não a abstenção, mas perfeitamente consciente que hoje estamos a dar aqui um passo muito importante no sentido da melhor gestão dos dinheiros públicos, da transparência e da dignificação de quem desempenha funções políticas na Câmara, mas, sobretudo, do 'movimento associativo'. O 'movimento associativo' é credor deste mesmo regulamento. Muito obrigado."

Tomou a palavra o **Senhor Vice-Presidente, Jorge Manuel Carrega Pio**: "Bom dia Senhor Presidente. Senhoras Vereadoras. Senhores Vereadores. Senhor Diretor. Senhor Chefe de Divisão. Caro Público presente. Comunicação Social. Esta proposta foi um *déjà vu* da proposta de regulamento que já tínhamos trazido aqui e que já levámos à Assembleia Municipal. O que o Senhor Vereador Carlos Almeida disse foi, exatamente, a mesma coisa que disse naquela altura, em que já não consigo precisar a data e, eventualmente, eu vou dizer aquilo que disse, naquela data, com um pormenor. É importante por a situação tal como ela foi e tal como ela existe. Os apoios ao associativismo foram um problema para o PSD, primeiro porque ele era forte – era um forte investimento no associativismo – e a Câmara Municipal e os últimos Executivos, têm apostado fortemente no associativismo e o resultado das diferentes associações, dos diferentes clubes desportivos, a dinâmica cultural, desportiva e recreativa que existe no concelho, penso que é prova disso. E, a questão do Tribunal de Contas, não se tratou de uma de ilegalidade, aliás, prova-se isso facilmente, que há aí imensos municípios que não têm qualquer tipo de regulamento. Portanto, não é ilegalidade, não é falta de transparência... O que estava para o Tribunal de Contas, era uma questão de 'formalidade': é importante, na opinião do Tribunal de Contas, arranjar, formalmente, um mecanismo, que, de certa forma, regule a atribuição dos subsídios. E foi isso que este Executivo propôs, numa ampla consulta pública para toda a gente poder contribuir e, efetivamente, temos hoje aqui – já tinha vindo a reunião de Câmara, uma proposta de regulamento que foi publicada e colocada a discussão pública –, e agora vem



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

aqui a proposta final para ir à Assembleia Municipal, para ser publicada em Diário da República e iniciar efeitos. De uma forma muito generalista, o regulamento prevê um apoio regular para as atividades normais de época desportiva ou de ano civil, das associações ou clubes, conforme o caso... Tem a questão de um apoio pontual, tem o apoio logístico e tem o apoio de mérito – penso não me estar a escapar nenhum. Propositadamente, penso que o Senhor Vereador Carlos Almeida estaria, indiretamente, a falar dessa questão, o apoio regular não foi quantificado, porque, estar a quantificar quanto é que vale um atleta de futebol, ou de futsal, ou de andebol, ou de judo, ou o elemento de uma filarmónica, essa situação não é viável em sede de regulamento... O que o regulamento prevê é a possibilidade das associações, dos clubes, se candidatarem a determinadas verbas e que, depois, de acordo com os indicadores que o Executivo da altura entender, vai quantificar, vai avaliar e daí atribuir um determinado valor... Quem é este Executivo..?! Do ponto de vista daquilo que é o enquadramento legal e a ferramenta, nós não podemos condicionar à partida: é um documento aberto que o Executivo... Pretende-se que este regulamento perdure... Possa, efetivamente, quantificar, da forma que entender, mas que obriga a concretizar e penso que é isso que o Senhor Vereador Carlos Almeida pretende, mas pretendia isso em 'fase de regulamento' e nós entendemos que não, que tem que ser já em 'fase de execução e de avaliação de candidaturas'. Mas... E é esta parte que eu vou acrescentar: já que na intervenção inicial, o Senhor Vereador, fez um balanço daquilo que foi as suas ideias, a sua postura, as suas intervenções... Uma delas é que, muitas vezes, o Executivo socialista não acatava as suas ideias... Pois bem, este foi um belo exemplo de que poderia ter contribuído com uma proposta de regulamento... Fez um contributo que eu não vou estar a dizer qual foi... Mas teve a hipótese de apresentar um regulamento alternativo em que quantificasse quanto é que valia um jogador de futebol, ou um jogador de futsal, ou outro critério qualquer, e o que é certo é que não apresentou... Apresentou uma ideia, duas ideias no máximo... Depois, quer numa fase inicial, quer agora, em fase de consulta pública, nem sequer apresentou nada, apesar de termos enviado o documento para todos os que se mostraram interessados... Nesta fase, aliás, tivemos concordâncias. Mas o que é certo é que o Senhor Vereador tinha aqui uma oportunidade de mostrar qual era a sua opinião... E construía, também, um regulamento com tudo... Depois, obviamente, que o podíamos então considerar ou não...!? Basicamente, e penso que esta situação presente à reunião de Câmara, já resultou de uma ampla divulgação e discussão do documento com as associações e o que é certo, parece-me a mim, daquilo que é a auscultação que fiz durante todo este processo, é que me parece que é um regulamento consensual como ferramenta, para depois, efetivamente, conseguirmos atingir os objetivos que se pretendem. Obrigado."

Tomou a palavra o **Senhor Vereador Carlos Almeida**: "Se me permite, eu vou, necessariamente, ter que responder ao Senhor Vereador Jorge Pio, a propósito desta mesma contenda, que é algo que nos tem



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

afastado aqui um pouco no debate, já de há bastante tempo a esta parte, a começar, exatamente, com uma proposta que foi feita de forma reiterada e para a qual o Senhor Vereador Jorge Pio, nunca, nunca, em circunstância alguma mostrou qualquer disponibilidade para equacionar a existência de um regulamento, a não ser, quando foi, de facto, notificado pelo Tribunal de Contas. Falemos ou não de 'ilegalidade', falemos ou não de 'formalidade', a verdade é que esse foi um dos pontos que o Tribunal de Contas, num documento escrito, apresentou para não aprovar as contas do ano dois mil e quinze, do Município de Castelo Branco. Dito isto, permitam-me que, também, clarifique aqui um ponto. De facto, o Vereador Carlos Almeida, teve oportunidade de se expressar, por escrito, com entrega de requerimento, no sentido de apresentar propostas. E não foi um ponto ou dois, foram alguns pontos. De modo que, de facto, um dos aspetos, que nesse mesmo requerimento eu tive oportunidade de subscrever, fazia alusão à necessidade de quantificar, é verdade. E, também, o último ponto e eu tenho isto bem na memória, nos meus contributos, eu dizia que era fundamental fazer uma avaliação dos subsídios que eram aprovados. Portanto, em devido tempo, na circunstância adequada, de forma formal, forma apresentadas algumas sugestões. Muito obrigado."

O **Senhor Presidente, José Augusto Rodrigues Alves**: "Bom, não seria desajustado, se eu não tivesse, também, de fazer uma intervenção sobre isto. Antes de mais, dizer-lhe que, desta vez não fui eu, em reunião de Câmara, que utilizei estrangeirismos, foi mesmo o Senhor Vice-Presidente com o *déjà vu*. Da outra vez, falei inglês, falei francês, falei espanhol... Portanto, desta vez não fui eu, apesar de me suscitarem alguns termos, mas não os vou utilizar, garanto-vos que vou tentar não utilizar nenhum desses. Nesta história da organização, vamos chamar-lhe 'administrativa de documentos', não só da função pública, mas de tudo, existem vários termos: como existem os *planos*, as *adendas*, os *apêndices*; também existem regulamentos, estas coisas todas e, também, *recomendações*... E, do Tribunal de Contas, o que veio foi uma 'recomendação' e a Câmara Municipal decidiu avançar com o regulamento. Mas, como alguém dizia, se fosse para cumprir, chamavam-se cumprimentos; por isso é que há regulamentos, que são só para regular... Não é bem o termo...! Até porque estes regulamentos têm um cariz legal, deliberativo dos órgãos Executivo e depois da Assembleia Municipal, como todos nós sabemos. Foram chamadas a contribuir todas as associações, instituições e entidades em nome individual que fizeram alguns contributos – não vou estar aqui a tecer considerações sobre o substrato de cada um deles, mas uns foram mais plausíveis, outros menos, uns mais consentâneos, outros mais concretos, outros menos concretos – e, obviamente, nós tivemos que fazer um regulamento que nos permitisse ter um sentido lato, precisamente por ser um regulamento de amplitude diversa. Aquilo que o Senhor Vice-Presidente aqui focou: contabilizar, quantificar, um jogador de futebol, com um atleta de judo, com um músico de uma orquestra, evidentemente que não é fácil... Foi o que se conseguiu arranjar e que teve uma aceitação geral das pessoas que contribuíram com



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

as suas sugestões, para fazer deste regulamento sobressaísse e chegasse a este ponto. O que estamos aqui a cumprir é uma formalidade legal e que agora vai dar o passo seguinte que é a Assembleia Municipal. Era isto que eu vos queria dizer em termos do regulamento.

A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores do PSD, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal o projeto de *Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo no Município de Castelo Branco*.

### **7.2. Contratos Interadministrativos com Juntas de Freguesia**

#### **7.2.1. União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo. Obras de Requalificação da Piscina de Ninho do Açor**

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 6327, de 17/06/2021, da Divisão Financeira, de Contratação e Recursos Humanos, sobre uma proposta para a celebração de um contrato interadministrativo, com o seguinte teor: "Considerando que: 1. A União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo pretende proceder a obras de requalificação na Piscina de Ninho do Açor; 2. Nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda da articulação dos interesses próprios das populações. Assim, em face do exposto e nos termos da alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não se vê inconveniente que a Câmara Municipal aprove o apoio no valor de € 28.942,31 à União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, devendo deliberar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de apoio a qual, após a respetiva aprovação, deverá ser formalizada mediante a celebração de um contrato interadministrativo, devendo a respetiva Junta de Freguesia cumprir os requisitos legais em matéria de contratação pública".

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um contrato interadministrativo com a União das Freguesias de Ninho do Açor e Sobral do Campo, com o objetivo de estabelecer a transferência da verba de € 28.942,31, destinada a *Obras de Requalificação da Piscina de Ninho do Açor*, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais deliberou, remeter a proposta à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberou ainda, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua para assinar o contrato interadministrativo, após aprovação pelo Órgão Deliberativo.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **7.2.2. Junta de Freguesia de Malpica do Tejo. Instalação de Espaço do Cidadão**

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 5442, de 04/06/2021, do Departamento de Administração Geral, sobre uma proposta para a celebração de um contrato interadministrativo, com o seguinte teor: "1 – A Junta de Freguesia de Malpica do Tejo pretende adaptar as instalações do edifício da sede da Junta para instalação do Espaço Cidadão. 2 – Considerando que nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda da articulação dos interesses próprios das populações. 3 – Assim, em face do exposto e nos termos da alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não se vê inconveniente que a Câmara Municipal aprove o apoio de € 41.278,52 à Junta de Freguesia de Malpica do Tejo, devendo deliberar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de apoio a qual, após a respetiva aprovação, deverá ser formalizada mediante a celebração de um contrato interadministrativo, devendo a respetiva Junta de Freguesia cumprir os requisitos legais em matéria de contratação pública".

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Malpica do Tejo, com o objetivo de estabelecer a transferência da verba de € 41.278,52, destinada à instalação de Espaço do Cidadão, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais deliberou, remeter a proposta à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberou ainda, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua para assinar o contrato interadministrativo, após aprovação pelo Órgão Deliberativo.

### **7.2.3. Junta de Freguesia de Tinalhas. Instalação de Espaço do Cidadão**

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 6310, de 17/06/2021, da Divisão Financeira, de Contratação e Recursos Humanos, sobre uma proposta para a celebração de um contrato interadministrativo, com o seguinte teor: "Considerando que: 1. A Junta de Freguesia de Tinalhas pretende proceder a obras de adaptação e aquisição de equipamentos para instalação do Espaço Cidadão; 2. Que nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda da articulação dos interesses próprios das populações. Assim, em face do exposto e nos termos da alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não se vê inconveniente que a Câmara



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

Municipal aprove o apoio no valor de € 4.000,00 à Junta de Freguesia de Tinalhas, devendo deliberar e submeter à Assembleia Municipal a proposta de apoio a qual, após a respetiva aprovação, deverá ser formalizada mediante a celebração de um contrato interadministrativo, devendo a respetiva Junta de Freguesia cumprir os requisitos legais em matéria de contratação pública”.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a celebração de um contrato interadministrativo com a Junta de Freguesia de Tinalhas, com o objetivo de estabelecer a transferência da verba de € 4.000,00 destinada à instalação de Espaço do Cidadão, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Mais deliberou, remeter a proposta à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberou ainda, dar poderes ao Senhor Presidente ou a quem legalmente o substitua para assinar o contrato interadministrativo, após aprovação pelo Órgão Deliberativo.

### **7.3. Randstad II – Prestação de Serviços, Lda. Cessão de Posição Contratual do Arrendatário para a Empresa Intelcia Portugal, Unipessoal, Lda**

Pelo Senhor Presidente foi presente um e-mail remetido pela empresa Randstad II – Prestação de Serviços, Lda, em 08/06/2021, solicitando a cessão da posição contratual, para a empresa Intelcia Portugal, Unipessoal, Lda, do arrendamento do edifício localizado no Lote P8c da Área de Localização Empresarial de Castelo Branco, para o funcionamento de Contact Center, do qual é arrendatária a empresa Randstad II – Prestação de Serviços, Lda.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cessão da posição contratual, para a empresa Intelcia Portugal, Unipessoal, Lda, do arrendamento do edifício localizado no Lote P8c da Área de Localização Empresarial de Castelo Branco, para o funcionamento de Contact Center, do qual é arrendatária a empresa Randstad II – Prestação de Serviços, Lda.

**Neste momento, o Senhor Presidente saiu do Salão Nobre.**

### **7.4. Proposta de Empréstimo de Longa Duração e Doação de Peças da Autoria de Rico Sequeira**

Pelo Senhor Presidente foi presente a informação n.º 5316, de 02/06/2021, da Divisão de Educação, Cultura, Desporto e Ação Social, com uma proposta do seguinte teor: “Na sequência da exposição temporária do Pintor Rico Sequeira, ‘Fiação das Formas’, realizada no Museu dos Têxteis - MUTEX, o artista pretende ceder a este equipamento – a título de empréstimo temporário de longa duração



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

– a Tapeçaria de Aubusson – 'Eclat d'Eau', patente na exposição permanente; Simultaneamente, o artista pretende doar, ao Município de Castelo Branco, duas esculturas e uma peça pertencente ao Díptico Composição Têxtil – 'Série Mutex', sendo que o segundo elemento desta peça foi já adquirido pela Autarquia; Deste modo, descrevem-se os bens culturais móveis acima mencionados: 01 – Peça para Cedência a título Empréstimo Temporário de Longa Duração. Título: 'Eclat d'Eau'. Autoria: Rico Sequeira. Datação: 1996. Matéria e técnica: Tapeçaria de Aubusson. Dimensões: 1.20 m x 1.95 m. N.º de inventário (Temporário): CTLD\_tap01. Avaliação: 18.000,00 €. 02 – Peças para Doação ao Município: a) Título: Escultura Ourelas – 'Série MUTEX' – A. Autoria: Rico Sequeira. Datação: 2018. Matéria e técnica: Desperdícios Têxteis – Ourelas. Dimensões: Altura Máxima: 0.45 m; Largura Máxima: 0.55 m; Suporte: 0.15 m x 0.15 m. N.º de inventário (Temporário): DMT\_esc01. Avaliação: 2.800,00 €. b) Título: Escultura Ourelas – 'Série MUTEX' – B. Autoria: Rico Sequeira. Datação: 2018. Matéria e técnica: Desperdícios Têxteis – Ourelas. Dimensões: Altura Máxima: 0.90 m; Largura Máxima: 0.45 m; Suporte: 0.34 m x 0.34 m; N.º de inventário (Temporário): DMT\_esc02. Avaliação: 2.800,00 €. c) Título: Composição Têxtil – 'Série Mutex'. Autoria: Rico Sequeira. Datação: 2018. Matéria e técnica: Técnica Mista com tela 71 grise composta pelas amostras de tecidos da fábrica 'M. Carmona & Irmãos'. Dimensões: Comprimento 2.50 m; Largura 2.00 m. N.º de inventário (Temporário): DMT\_dip01. Avaliação: 9.500,00 €. Neste contexto, apresenta-se à deliberação do Executivo: 1. A aceitação, ou não, da peça 'Eclat d'Eau', em regime de Empréstimo Temporário de Longa Duração, cabendo – em caso afirmativo – os custos do seguro *prego a prego*, durante a sua permanência no MUTEX, ao Município; 2. A aceitação, ou não, da doação ao Município das peças Escultura Ourelas – 'Série MUTEX' – A, Escultura Ourelas – 'Série MUTEX' – B e Composição Têxtil – 'Série Mutex'; 3. Em caso de aceitação da doação pelo Município haverá lugar à avaliação independente das peças – as atuais avaliações são da exclusiva responsabilidade do autor e proprietário – com vista a emissão de Declaração pela Autarquia, a apresentar pelo artista em sede de IRS, ao abrigo da Lei do Mecenato Cultural”.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aceitar a peça 'Eclat d'Eau', em regime de Empréstimo Temporário de Longa Duração, cabendo ao Município os custos do seguro *prego a prego*, durante a sua permanência no MUTEX.

Mais deliberou, a aceitação da doação ao Município das peças Escultura Ourelas – 'Série MUTEX' – A, Escultura Ourelas – 'Série MUTEX' – B e Composição Têxtil – 'Série Mutex'.

Deliberou ainda, ao abrigo da Lei do Mecenato Cultural, autorizar a emissão de declaração a ser presente, pelo doador, em sede de IRS.

**Depois de deliberado o ponto, o Senhor Presidente voltou ao Salão Nobre.**



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

### **7.5. Renúncia de Pelouros Atribuídos à Senhora Vereadora Maria José Batista**

Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 683 – ADM, da Senhora Vereadora e Administradora dos Serviço Municipalizados de Castelo Branco, Maria José Barata Baptista (entrada MyDoc 9092, de 16/06/2021), com o seguinte texto: “Venho por esta via comunicar a V. Exa. que renuncio, por motivos estritamente pessoais, aos pelouros que me estão atribuídos, nomeadamente, Administradora dos Serviços Municipalizados e da Igualdade, a produzir efeitos a 30 de junho, para os quais fui designada em reunião do Executivo Municipal, mantendo-me como vereadora da Câmara Municipal”.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

### **Ponto 8 – RECURSOS HUMANOS**

#### **Abertura de Procedimento Concursal – Assistente Operacional (Coveiro). Ratificação do Despacho n.º 26/P/2021, de 29 de Abril**

Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta, referente à abertura de procedimento concursal para assistente operacional (coveiro), para ratificação: “Tendo sido identificada pelo respetivo serviço, a necessidade de dotar o Cemitério Municipal, de mais um trabalhador da carreira/categoria de assistente operacional, para desempenhar funções de coveiro, foi aberto e publicitado o correspondente procedimento concursal. Constata-se que o procedimento concursal foi aberto no seguimento do Despacho do Senhor Presidente com o n.º 26/P/2021, de 29 de abril do corrente ano, sem que tivesse sido promovida a necessária deliberação pela Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista no Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro. A situação decorre de lapso manifesto, o qual se explica pelo facto de a informação que identificou a necessidade do recrutamento ter sido elaborada já no ano transato, tendo-se criado a convicção de que o procedimento teria sido então regularmente aberto, o que afinal não se confirma. Estando já a decorrer o procedimento concursal, importa colmatar o vício do ato que determinou a sua abertura, submetendo o Despacho do Senhor Presidente a ratificação da Câmara Municipal, em reunião subsequente à deteção da irregularidade. Nestes termos, propõe-se à Câmara Municipal que delibere, para os efeitos do disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, e tendo em conta a competência atribuída ao Órgão Executivo pelo artigo 4.º e pelo n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, ratificar o teor integral do Despacho n.º 26/P/2021, de 29 de abril, de que se anexa cópia e que aqui se dá como reproduzido. Paços do Município, 16 de junho de 2021”. O Despacho n.º 26/P/2021, de 29 de abril, é dado como reproduzido ficando a fazer parte integrante desta ata identificados como documentação n.º 3.



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o teor integral do Despacho n.º 26/P/2021, de 29 de abril, para os efeitos do disposto no artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, e tendo em conta a competência atribuída ao Órgão Executivo pelo artigo 4.º e pelo n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

### **Ponto 9 – DIÁRIO DE TESOURARIA**

Pelo Senhor Presidente foi dado conhecimento do *Resumo Diário de Tesouraria* do dia 17 de junho:

Operações Orçamentais .....	€ 38.061.431,31
Operações Não Orçamentais .....	€ 6.663,07

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

### **III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Terminados os assuntos da ordem do dia, a Câmara Municipal passou a ouvir as intervenções por parte do público assistente, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O **Senhor Luís Vicente Barroso** solicitou intervir: “Bom dia a todos os presentes. Chuva civil não molha militar, não é verdade senhor presidente?! Vir a esta reunião pública e não dizer nada, não faz bem o meu género como cidadão. Cada vez mais se torna importante vir aqui ‘beber’ informação e tomar conhecimento do que se vai fazendo na cidade e no concelho. Assim, deixo algumas preocupações que têm a ver com o ambiente/mobilidade na nossa cidade. *Lagoa da Zona de Lazer*. Estão a fazer a sua limpeza, ou nem por isso? As descargas de águas residuais, pestilentas, esverdeadas e com um cheiro nauseabundo, vindas da limpeza das piscinas, cobertas e praia, vão continuar a ser encaminhadas para a Lagoa? Não estamos perante um ‘crime’ ambiental, continuado, pois há vida na Lagoa? *Ciclovias*. Não compreendo o mau aspeto que dá, a situação perto do Centro Comercial Santiago, em que nem é estacionamento, nem ciclovia, sendo um espaço morto e descuidado: é para ficar a funcionar este ‘troço’, mesmo com a reclamação de alguns moradores? Em frente ao Hospital Amato Lusitano, em que a ciclovia foi feita por detrás do estacionamento, este perigo vai ser corrigido? *Veículos de Serviço da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados*. Tanto falam em descarbonização: para quando a substituição, gradual dos mesmos, por veículos amigos do ambiente? Nas aquisições recentes tiveram essa preocupação? *Transportes Públicos*. Segundo dizem, vem aí uma ‘revolução’, e ainda bem para todos nós. Os autocarros que vão ser futuramente utilizados são amigos do ambiente e adaptados a pessoas com mobilidade condicionada? As suas dimensões são adequadas à cidade e não uns ‘mamarrachos’, como até aqui? *Reembolso das Despesas de Medicamentos*. Quando me encaminhava para aqui, fui informado e confrontado com a decisão de que a Câmara Municipal



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de Castelo Branco, exige, agora, que os beneficiários idosos sejam obrigados a ter conta bancária. A maioria recebe as suas pensões por vale postal, pelo que é incompreensível, com a idade avançada das pessoas, os custos de abertura e manutenção de uma conta bancária, para além das questões burocráticas, com reformas de miséria. Se não reverterem esta imposição, ou estudarem cada caso por si, estão a contribuir para que uma decisão importante na área social deixe de ter eficácia e penalize quem mais precisa.” Seguidamente, usou a palavra o **Senhor José Calcinha**, que disse não ter vindo à reunião de Câmara para afirmar que tudo o que foi feito na cidade estava mal feito, mas para referir algumas coisas que considerava menos bem feitas. Disse que o assunto reportado por si em reuniões de Câmara Municipal públicas anteriores, relativamente ao Bairro Cruz de Montalvão, onde habita, se mantêm e que não lhe parece que alguém esteja interessado em resolvê-lo. Referiu, também, o desperdício de água, com a rega dos espaços verdes, em alguns pontos da cidade; a falta de cuidado com o arvoredo na Zona de Lazer; as pessoas que não fazem uso das vias cicláveis e continuam a usar os passeios; e a ocupação da via pública com a instalação de esplanadas, que obrigam os peões a usar as estradas para respeitar os planos de contingência sobre a Covid. Por último, usou da palavra a **Senhora Graciosa Cristóvão**, moradora na Rua Conselheiro de Albuquerque, para referir que, finalizadas as obras naquela artéria, mas que faltava ainda colocar um sinal de trânsito indicador de entrada e saída de parque subterrâneo de acesso a muitas garagens, uma vez que várias pessoas se dirigem a ela, frequentemente, para perguntar onde se localiza aquele acesso. Ainda, reclamou do desrespeito dos automobilistas pela sinalética de estacionamento proibido, neste caso, uma linha continua amarela pintada ao longo do estacionamento à superfície, que sempre saem impunes com a sua infração e que dificultam a saída e entrada de viaturas nas garagens subterrâneas. O **Senhor Presidente** explicou ao *Senhor Luís Barroso*, que os cheiros na piscina referidos foram derivados a uma situação que surgiu antontem, com o entupimento de um cano, na piscina praia. Quanto à limpeza da lagoa disse estar a ser feita de forma a preservar a vida aquática. Relativamente aos veículos elétricos, informou que ontem saiu um aviso autorizando a aquisição de mais três viaturas elétricas, possibilitando o abatimento de outras três mais antigas. Referindo-se aos transportes públicos em Castelo Branco, confirmou que, efetivamente, se estava a promover uma “revolução” quanto às coisas que o munícipe referiu e, porventura, outras, fruto do novo contrato. Quanto aos medicamentos, o Senhor Presidente disse que o procedimento confirmava que o dinheiro era, efetivamente, entregue à pessoa, sendo essa uma das orientações proveniente dos mais variados organismos. Reconheceu que muitos municípios não tinham conta bancária, mas que, na realidade, esses casos não eram muitos. Dirigindo-se ao *Senhor José Calcinha*, esclareceu que as obras do Bairro Cruz de Montalvão têm demorado muito por motivo das sucessivas perguntas do Tribunal de Contas espaçadas no tempo, para mau grado de todos. Disse não se compreender, que há mais



## CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO

de um ano se anda com este procedimento, mas que o Tribunal de Contas faz muitas perguntas sobre o mesmo. Constatou que uns procedimentos são céleres em obter o visto do Tribunal de Contas, mas que tal não aconteceu com este e frisou que a Câmara Municipal não vê qualquer impedimento à obra. Quanto ao sistema de rega, informou que existem dois trabalhadores, todos os dias, a fazer a reposição de supressores vandalizados ou avariados. Referindo-se aos eixos cicláveis disse que em breve se procederá à pintura dos mesmos e que, face à situação referida em frente ao Hospital Amato Lusitano, informou que está em esboço o projeto de um novo parque de estacionamento em frente ao parque ali existente, também executado pelo Município. Respondeu, também, quanto às esplanadas, que reconhece que algumas situações não estão corretas e que algumas delas estão há bastantes anos assim. Dando atenção à *Senhora Graciosa Cristóvão*, disse que a intervenção feita naquela artéria já recebeu os mais rasgados elogios e que, quanto ao reportado pela munição, disse que, a curto prazo, iria inteirar-se da situação e que iria pessoalmente, como é seu hábito, ver o que se estava a passar.

Não havendo mais ninguém para intervir, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

### APROVAÇÃO DE ATA EM MINUTA

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

### CONCLUSÃO DE ATA

E não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Presidente foi encerrada a reunião, eram 11 horas, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Roberto António Reixa Nabais, que a secretariei.

O Presidente da Câmara

O Secretário